

Em meio a críticas de Lula, ministro descarta intenção de interferir no BC

Presidente da República ressaltou que "não tem de pedir licença para governar"

Ministro descarta rever a autonomia do BC

Em meio ao cenário de frequentes ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao chefe do Banco Central (BC), o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem não haver proposta do governo para rever a autonomia do órgão. O titular do ministério garantiu que não há pressão sobre "qualquer mandato", em referência ao presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, alvo de Lula nas últimas semanas.

Segundo o ministro, durante os dois primeiros mandatos, Lula defendeu a autonomia do BC, e não há intenção de alterar a lei da instituição e nem haverá pressões para acelerar a troca da presidência do banco, prevista somente para dezembro do ano que vem.

– Não existe nenhuma iniciativa do governo de mudança da lei (*que dá autonomia ao*) Banco Central e nenhuma pressão sobre qualquer mandato – afirmou Padilha, após reunião do conselho político do governo no Palácio do Planalto.

O ministro ainda ponderou:

– A temperatura está alta lá fora. Aqui em Brasília está quente, o resto é debate. Não tem aquecimento nenhum, não tem fervura nenhuma, não tem fritura nenhuma. O que tem é um debate com grande esforço, que tem de ser público no país. Todos querem juros mais baixos.

O ministro também falou sobre temas abordados no conselho:

– Discussão sobre a meta de inflação não foi feita na reunião de hoje. O CMN (*Conselho Monetário Nacional*) tem reunião em junho – disse ele.

Segundo Padilha, o que foi dis-

cutido na reunião foi a centralidade da reforma tributária para a agenda do governo.

– Orientação de Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é aproveitar debate já feito sobre tributária no Congresso.

Padilha também fez aceno ao comando do BC e garantiu que Lula vai indicar "nomes qualificados" para a diretoria do Banco Central para ajudar a autoridade monetária a cumprir as metas planejadas. O mandato dos diretores Bruno Serra, de Política Monetária, e Paulo Souza, de Fiscalização, termina em 28 de fevereiro. Souza tem disposição de renovar o mandato, mas Serra já indicou que vai deixar o órgão.

As declarações de Padilha vêm dias depois de o Comitê de Política Monetária (Copom), ligado ao BC, utilizar tom duro em comunicado oficial sobre a política econômica do atual governo. Em razão do texto, Lula passou a cogitar indicar nomes na diretoria do órgão para se contrapor a Campos Neto. O atual presidente do BC foi levado ao cargo que ocupa por Jair Bolsonaro e apoiou abertamente a tentativa de reeleição do ex-presidente.

Lula

Ao mesmo tempo, durante o encontro com o conselho, Lula voltou a usar tom de confronto em sua fala, conforme apuração do jornal Folha de S.Paulo:

– Confio que a economia vai voltar a crescer. A gente não tem de pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar. A gente não tem de tentar agradar

ninguém, a gente tem de agradar o povo brasileiro, que acreditou num programa que nos trouxe até aqui e é esse programa que nós vamos cumprir.

Em tom distante das falas de Padilha, líderes partidários aliados de Lula falam em apoio para "enfrentamento" à política do BC.

– O Banco Central não pode ser o Vaticano, que está dentro da Itália mas quem manda é o Papa. E o Banco Central não pode ser dirigido pela Faria Lima – disse o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, após o encontro.

Líder do PSOL na Câmara e outro participante do conselho político, Guilherme Boulos (SP) já havia afirmado, um dia antes, que Campos Neto faz "boicote" à economia com a manutenção da taxa básica de juros do país, a Selic, em 13,75% ao ano.

– Campos Neto é um infiltrado no governo Lula, um infiltrado do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, um infiltrado do Bolsonaro. É um cara que não deixa a taxa de juros baixar. Tem interesse, na minha opinião, de boicote à economia, à geração de empregos, à retomada do crescimento econômico – disse Boulos.

– Não dá para você ter o povo escolhendo na urna um caminho e a política monetária ouvindo o mercado. (...) É uma contradição e um problema desse modelo de autonomia do BC – emendou.

Segundo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o objetivo do governo é chegar ao final do ano com a taxa básica de juro em 8% ou 7%.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Economia e Política **Página:** 7